



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 3.795 DE 24 DE ABRIL DE 2017.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um **Crédito Adicional Especial**, na forma do art. 41, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme abaixo descrito, para inclusão do programa e ação objetivando **a aquisição de equipamentos e material permanente para estruturação da rede de serviços de atenção básica de saúde – UBS Bairro Chalé, UBS Paraoquena, UBS São Pedro e UBS Santa Cruz**, conforme descrito a seguir:

Unidade Orçamentária:

02.08 - Secretaria Municipal de Saúde - FMS

Função:

10 – Saúde

Subfunção:

301 – Atenção Básica

Programa:

0090 – Saúde Melhor

Ação:

1.043 – Aquisição de Equipamentos Médicos

Fonte de Recursos: 45 – CONVÊNIO FNS

Produto:

Aquisição de equipamentos e material permanente para estruturação da rede de serviços de atenção básica de saúde – UBS Bairro Chalé, UBS Paraoquena, UBS São Pedro e UBS Santa Cruz.

Metas Físicas:

01 unidade

Valor:

R\$ 499.190,00 (quatrocentos e noventa e nove mil, cento e noventa reais).



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua
Gabinete do Prefeito

Art. 2º - O referido programa e sua respectiva ação ficam criados na Unidade Orçamentária - *Secretaria Municipal de Saúde* enquadrando-se nas funções e subfunções adequadas, conforme demonstrado no art. 1º.

Art. 3º - A fonte de recurso para o referido Crédito Adicional Especial advirá do Plano de Trabalho firmado entre o *Fundo Nacional de Saúde* e o Fundo Municipal de Saúde de Santo Antônio de Pádua no valor R\$ 499.190,00 (quatrocentos e noventa e nove mil, cento e noventa reais), e em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 4º - Os recursos para atender ao Crédito Adicional Especial classificado no art. 3º referente à Contrapartida do Município ocorrerão à conta de anulação parcial de dotação orçamentária, de acordo com o art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 5º - Fica neste ato autorizado o Poder Executivo a criar os elementos de despesa para a execução do Programa e sua referida Ação, bem como abrir o Crédito Adicional Especial, através de Decreto, na forma do art. 42 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 6º - O presente programa e sua ação ficam neste ato aditados à Lei Municipal nº 3.768, de 05 de dezembro de 2016 que dispõe sobre o Plano Plurianual-2017; Lei Municipal nº 3.747, de 16 de maio de 2016, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração orçamentária de 2017; e Lei Municipal nº 3.771, de 14 de dezembro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2017.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA, 25 DE ABRIL DE 2017.

Josias Quintal de Oliveira
Prefeito



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua
Gabinete do Prefeito